

S]hi



BAKUNINE



# O SENTIDO EM QUE SOMOS ANARQUISTAS

(2.ª edição em português)

DE ALGURES:

QUEM LER, LEIA
- PARA SABER -

LISBOA

EDIÇÃO DE «A SEMENTEIRA»



Ofic. do «Jornal da Europa» - Rua do Seculo, 150



### O sentido em que somos anarquistas

I

Alguns homens ilustres, de nomes célebres e justamente respeitados, falando da liberdade como duma coisa para eles mui venerável e querida, compreendem-na de maneira inteiramente diferente daquela por que a concebemos nós, os materialistas e socialistas revolucionários. Nunca falam dela sem lhe ajuntarem logo esta outra—autoridade, uma palavra e uma coisa que nós detestamos profundamente.

Que é a autoridade? E' o poder inevitável das leis naturais que se manifestam no encadeamento e na sucessão fatal dos fenómenos do mundo físico e do mundo social? Contra essas leis a revolta é não so defesa, mas impossivel. Podemos ignoralas ou não as conhecer ainda; não podemos, porêm, desobedecer-lhes, porque constituem a base e as condições da nossa existencia: elas cercam-nos, penetram-nos, regulam todos os nossos movimentos pensamentos e actos; quando mesmo julgamos desobedecer-lhes, não fazemos mais que manifestar a sua omnipotencia.

Sim, nós somos absolutamente escravos dessas leis. Mas tal escravidão nada tem de humilhante. A escravidão presupõe um senhor exterior, um legislador que se encontra fóra daquele sobre quem impera, e essas leis não estão fóra de nós, são-nos inerentes, constituem o nosso ser, todo o nosso ser, corporal, intelectual e moralmente: nós não vivemos, não respiramos, não actuamos, não pensamos, não queremos senão por elas. Fóra delasnão somos nada, não existimos. Donde nos viria então o poder e o querer de nos revoltarmos contra elas?

Em face das leis naturais, só há para o homem uma liberdade possivel: é a de reconhece-las e de aplica-las sempre conformemente ao fim de emancipação ou de humanisação colectiva e individual que tem em vista. Uma vez reconhecidas, exercem uma autoridade jámais discutida pela massa dos homens. E' preciso, por exemplo, sermos no fundo um teólogo ou pelo menos um metafisico, um jurista ou um economista burguês, para nos revoltarmos contra a lei, segundo a qual dois e dois são quatro. E' preciso termos a fé para imaginarmos que não nos queimaremos no fogo e não nos afogaremos na água, a menos que não tenhamos re-

S]hi

corrido a algum subterfugio, que ainda assim é fundado sobre alguma outra lei natural. Mas estas revoltas, ou antes estas tentativas ou estas loucas imaginações duma revolta impossivel, são uma rara excepção; em geral, póde dizer-se que a massa dos homens, na vida quotidiana, se deixa governar de maneira quasi absoluta, pelo bom senso, isto é, pela soma das leis naturais geralmente reconhecidas.

A desgraça é que uma grande quantidade de leis naturais, já constatadas como tais pela sciencia, permanecem ignoradas das massas populares, mercê dos cuidados dos governos tutelares, que não existem, já se sabe, senão para bem dos

povos.

Há ainda um inconveniente grave, e é que a maior parte das lei naturais, que estão ligadas ao desenvolvimento da sociedade humana e que são tão necessárias, tão invariáveis, como as leis que governam o mundo físico, não têm sido devidamente constatadas e reconhecidas pela propria sciencia (1).

<sup>(1)</sup> Bakunine quer, sem duvida, falar das «leis económicas» e da «sciencia social», que efectivamente está ainda no inicio. N. da 1.ª edição.



Quando elas tiverem sido reconhecidas pela sciencia, e da sciencia, por meio dum largo sistema de educação e instrução popular, houverem passado á consciencia de todos, a questão da liberdade estará perfeitamente resolvida. As autoridades mais recalcitrantes devem de admitir que então não haverá necessidade nem de organização, nem de direcção, nem de legislação politica,—três coisas que emanam da vontade do soberano ou da votação de um parlamento eleito pelo sutrágio universal, que não pódem nunca ser conformes ás leis naturais, e que são sempre por igual funestas e contrárias á liberdade das massas, por isso que lhes impõem um sistema de leis exteriores e por consequencia despóticas.

A liberdade do homem consiste unicamente nisto: obedecer ás leis naturais, porque ele mesmo as reconheceu como tais, e não porque lhe foram exteriormente impostas por uma vontade estranha qualquer, divina ou humana, colectiva ou individual.

Suponhamos uma academia sábia, composta dos mais ilustres representantes da sciencia; suponhamos que essa acade-



mia é encarregada da legislação, da organização da sociedade, e que, inspirandose unicamente no amor da mais pura verdade, não dita leis senão absolutamente conformes aos descobrimentos mais recentes da sciencia. Pois bem: tal legislação e tal organização serão uma monstruosida-

de; e isto por duas razões:

A primeira é que a sciencia humana é sempre necessariamente imperfeita, e comparando o que ela tem descobrido com o que ainda lhe resta descobrir, póde dizerse que ainda agora está no berço. De sorte que se se quizesse forçar a vida prática, tanto colectiva como individual, dos homens, a conformar-se estritamente, exclusivamente com os ultimos dados da sciencia, condenar-se-ia a sociedade, e condenar-se-iam os individuos, a sofrer o martirio sobre um leito de Procusto, que breve acabaria por os deslocar e sufocar, desde que a vida será sempre infinitamente mais larga que a sciencia.

A segunda razão é esta: uma sociedade que obedece á legislação emanada duma academia scientífica, não porque lhe tivesse compreendido o caracter racional,—caso em que a existencia da academia se tornaria inutil—mas porque, emanando da academia, se lhe imporia em nome



duma sciencia que ela veneraria sem a compreender; uma tal sociedade seria uma sociedade de bestas, não de homens, seria uma segunda edição das missões do Paraguai, que se deixaram governar durante tanto tempo pela Companhia de Jesus. Muito breve desceria ao mais baixo grau do idiotismo.

Mas há ainda uma terceira razão que tornaria impossivel tal governo. E' que uma tal academia scientifica revestida dessa soberania, por assim dizer absoluta, mesmo que fosse composta dos homens mais ilustres, acabaria infalivelmente, e bem depressa, por se corromper moral e intelectualmente. E' esta já hoje, com os poucos privilégios que lhes permitem, a história de todas as academias. O maior génio scientifico, desde o momento em que se torna um académico, um sábio oficial, encartado, inevitavelmente desce e cai no entorpecimento. Perde a sua espontaneidade, o seu arrojo revolucionário, e essa energia incómoda e selvagem que caracteriza a natureza dos grandes génios, sempre chamada a destruir os mundos envelhecidos e a lançar os fundamentos dos mundos novos. Ganha em polidês, em sabedoria utilitária e prática, o que perde



em força de pensamento. Corrompe-se,

numa palavra.

E' próprio do privilégio e de toda a posição privilegiada matar o espirito e o coração do homem. O homem privilegiado, quer politicamente, quer economicamente, é um homem depravado de espirito e de coração. Há uma lei social que não admite excepção alguma e que se aplica assim ás nações, como ás classes, ás companhias e aos individuos. E' a lei da igualdade, condição suprema da liberdade e da humanidade.

Um corpo scientífico, ao qual se confiasse o governo da sociedade, acabaria por não se ocupar mais da sciencia, mas de um outro objecto; e esse objecto—o de todos os poderes estabelecidos—seria eternizar-se, tornando por isso a sociedade confiada aos seus cuidados, cada vez mais estupida e por conseguinte mais necessitada do seu governo e da sua direcção.

O que é verdadeiro para as academias scientificas, é igualmente verdadeiro para as assembleias constituintes e legislativas, ainda que saidas do sufrágio universal. Este póde renovar-lhes a composição, é certo, mas isso não impede de em alguns anos se formar um corpo de politicos, pri-



vilegiados de facto, não de direito, que dedicando-se exclusivamente á direcção dos negócios publicos de um paiz, acabam por formar uma espécie de aristocracia ou de oligarquia política. Exemplos: os Estados Unidos da América e a Suica.

Assim, nem legislação exterior, nem autoridade, sendo de mais a mais uma inseparável da outra e tendendo ambas ao avassalamento da sociedade e ao embrutacimento dos próprios legisladores.

tecimento dos próprios legisladores.

### II-

Segue-se daqui que eu repilo toda a autoridade? Longe de mim tal pensamento.

Quando se trata de botas, reporto-me á autoridade dos sapateiros; se se trata duma casa, dum canal ou dum caminho de ferro, consulto a autoridade do arquitecto ou do engenheiro. Para uma dada sciencia especial, dirijo-me a um dado sábio. Não sofro, porém, a imposição nem do sapateiro, nem do arquitecto, nem do sábio. Aceito-os livremente e com todo o respeito que merecem a sua inteligencia, o seu caracter, o seu saber, reservando todavia o meu direito incontestável de análise e de critica. Não me contento de consultar uma só autoridade especialista, con-



sulto muitas; comparo as suas opiniões e escolho aquela que me parece mais justa. Não reconheço nenhuma autoridade infalivel, mesmo em questões especiais. Podendo ter algum respeito pela humanidade e sinceridade de certo individuo, não tenho contudo fé absoluta em ninguem. Tal fé seria fatal á minha razão, á minha liberdade e ao sucesso mesmo dos meus empreendimentos; transformar-me-ia num escravo estupido, num instrumento da vontade e dos interesses de outrem.

Se me inclino ante a autoridade dos especialistas, se me declaro pronto a seguirlhes numa certa medida e durante o tempo que me parece, as indicações e mesmo a direcção, é porque essa autoridade não me é imposta por ninguem, nem pelos homens, nem por Deus. Do contrário repeli-la-ia com horror, e mandaria para o diabo os seus conselhos, a sua direcção, os seus serviços, certo de que estes me fariam pagar, pela perda da minha liberdade e da minha dignidade, os bocadinhos de verdade, cercados de muitas mentiras, que me dessem.

Inclino-me diante da autoridade dos especialistas, porque ela me é imposta pela minha propria razão: eu tenho consciencia de não poder abraçar, em todas as suas-



minucias e desenvolvimentos positivos, senão uma pequenissima parte da sciencia humana. A maior inteligencia mesmo não seria suficiente para abraçar o todo. Donde resulta, para a sciencia, como para a industria, a necessidade da divisão e da associação do trabalho. Receber e dar, tal é a vida humana. Cada um é dirigente e cada um é dirigido por seu turno. Não há, pois, autoridade fixa e constante, mas uma troca continua de autoridade e de subordinação mutuas, passageiras e sobretudo voluntárias.

Esta mesma razão me interdiz de reconhecer uma autoridade fixa, constante e universal, porque não há homem universal, não há homem capaz de aplicar a sua inteligencia a todos os diversissimos detalhes sem os quais não é possivel a aplicação da sciencia á vida, a todas as sciencias, a todos os ramos da actividade social. E se tal universalidade pudesse encontrar-se reunida num só homem, e se este quizesse usar dela para nos impôr a sua autoridade, seria preciso expulsa-lo sem demora da sociedade, porque a sua autoridade reduziria inevitavelmente todos os outros á escravidão e á imbecilidade. Não penso que a sociedade deva mal-



tratar os homens de génio como tem feito até o presente; mas não penso tambem que deva incensa-los, ou sobretudo conceder-lhes quaisquer privilégios ou direitos exclusivos; e isto por três razões: primeiro, porque lhe aconteceria muitas vezes tomar um charlatão por um homem de génio; depois, porque graças a esse sistema de privilégios ela poderia transformar num charlatão um verdadeiro homem de génio, desmoralisa-lo, bestifica-lo; e enfim, porque ela se dotaria com um senhor.

Resumindo. Nós reconhecemos a autoridade absoluta da sciencia, porque a sciencia não tem outro objecto senão a reprodução mental, reflectida e tão sistematica quanto possivel, das leis naturais que são inerentes á vida material, intelectual e moral, tanto do mundo fisico como do mundo social, visto como estes dois mundos não constituem de facto senão um só e mesmo mundo natural. Afóra esta autoridade, unica legitima, porque é racional e conforme á liberlade humana, declaramos todas as outras autoridades falsas, arbitrárias e funestas.

Reconhecemos a autoridade absoluta da sciencia, mas repelimos a infalibilidade



e a universalidade do sábio. Na nossa igreja-seja-me permitido servir-me por um momento desta expressão, que afinal detesto: a Igreja e o Estado são as minhas bestas negras—na nossa igreja, como na igreja protestante, temos um chefe, um Cristo invisivel, a sciencia; e como os protestantes, mais consequentes mesmo que eles, não queremos suportar nem papa, nem concilios, nem conclaves de cardeais infaliveis, nem bispos, nem simples padres. O nosso Cristo distingue-se do Cristo protestante em que este é um ser pessoal, e o nosso impessoal; o Cristo cristão, já encerrado num passado eterno, apresenta-se como um ser perfeito, ao passo que o fim e a perfeição do nosso Cristo, -a sciencia, estão sempre no futuro; o que equivale a dizer que nunca se darão. Não reconhecendo a autoridade absoluta senão da sciencia absoluta, não empenhamos a nossa liberdade.

Intendo por esta expressão—sciencia absoluta, a sciencia verdadeiramente universal que reproduzisse idealmente, em toda a sua extensão e êm todas as suas infinitas minudencias, o universo, o sistema ou a coordenação de todas as leis naturais, manifestadas pelo desenvolvimento incessante dos mundos. E' evidente

S]hi

que esta sciencia, objecto sublime de todos os esforcos do espirito humano, jámais se realizará na sua plenitude absoluta. O nosso Cristo permanecerá, pois, eternamente inacabado, o que deve abater muito o orgulho dos seus representantes oficiais. Contra este Deus filho, em nome do qual pretenderiam impôr-nos a sua autoridade insolente e pedantesca, apelaremos para Deus pai, que é o mundo rial, a vida real, de que ele não passa de expressão mui imperfeita, e de que nós somos os representantes imediatos, nós seres reais, vivendo, trabalhando, combatendo, amando, aspirando gosando e sofrendo

Numa palavra nos repelimos toda a legislação, toda a autoridade e toda a influencia privilegiada, encartada, oficial e legal mesmo saida do sufrágio universal, convencidos como estamos de que ela nunca poderia recair senão em proveito de uma minoria dominante e exploradora, contra os interesses da imensa maioria escrava.

E eis aqui em que sentido realmente somos anarquistas.

(Extraido de Dieu et l'Etat).

Bakunine.



### Edições da Biblioteca de A Sementeira

2.ª série, 1916-1919	1\$00
BROCHURAS	
1 Malatesta — Em tempo de eleições (duas	
edições)	(625)
2 C. Lisle — A propriedade e o socialismo.	
3 Kravotkine — O governo revolucionario.	*
4 R. Mella — Aos componêses	
5 Krapotkine — Os bastidores das guerras. 6 Delessalle — A Confederação Geral do	\$10
Trabalho	(esg.)
7 Landauer — A Social Democracia na Ale-	
manha	\$10
8 Etievant — A minha defêsa	\$20
tra de E Pothier	\$20
10 G.O.N.M. — Procriação consciente	\$25
11 Bakunine — O sentido em que somos	
anarquistas	\$30

#### J. Most - A peste religiosa

Satisfazem-se todos os pedidos destas e de outras publicacões. Pelo correio, acresce a importância do porte. O produto da venda de todos os exemplares é exclusivamente destinado á propaganda e edições de novas brochuras.

Dirigir teda a correspondência para:

### A Sementeira

Cals do Sodré, 86-LISBGA-PGRTUGAL





### O que se aconselha a lêr

		Pelo correio
Krapelkine - A mocidade	- \$30	\$40
> — A anarquia sua		
filosofia, seu ideal.	1500	1\$20
> — A grande revolu-	5800	5\$60
> — A moral anarquista	\$30	\$40
Neno Vasco - A contepção anar-		
quista do sindica-		
lismo		2\$50
Patcu'e e Pouget — Como fare-	\$20	\$30
mos a Revolução.	2\$50	2\$80
S. Faure - Dôze proves da		
inexistência de		
Deus	\$50	\$60
Da Cemuia-O proletariado	675	1000
Histórico	\$75	1\$00
pro'etariado	\$30	\$40
E. Reclus - A revolução legal		
e a anarqu'a	\$30	\$40
J Grave - A rocie ade lutura	2\$50	3\$00
- Auarquia, lins e	5\$00	5\$50
> — O indiví luo e a so		2020
cledade		3\$00

Satisfazem-re todos os podidos destas e de outras publicações quando dirigides, com a respectiva importáncia, para:

## A Sementeira

Cols do Sodré, 86-LISBGA-PORTUGAL

